



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

DECRETO EXECUTIVO Nº 3.968, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

Regulamenta a Lei Municipal nº 1.661, de 17 de fevereiro de 2021 que dispõe sobre o parcelamento, a revisão, o cancelamento e o cadastro de créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa, e dá outras providências.

MARCUS JAIR BANDEIRA, Prefeito do município de Nova Ramada, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA

SEÇÃO I DO PARCELAMENTO

Art. 1º Os créditos tributários e não-tributários, vencidos e inscritos em Dívida Ativa, poderão ser pagos em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais sucessivas, desde que as parcelas mensais não sejam de valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 2º O parcelamento deverá ser requerido pelo contribuinte junto ao Setor de Arrecadação do Município, em formulário padrão, elaborado pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º O parcelamento somente será concedido mediante:

I - assinatura do Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento, o qual conterá o valor total da dívida, incluindo correção monetária, juros e multa, nos termos da lei vigente, e sua discriminação, exercício por exercício e por espécie, além de cláusula de cancelamento do benefício, na hipótese de não pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas tornando-se exigível a totalidade de crédito remanescente;

II – na hipótese do crédito estar sendo cobrado judicialmente, prévio recolhimento dos honorários advocatícios e ressarcimento aos cofres municipais de eventuais despesas de condução de Oficial de Justiça adiantadas pelo Município, salvo se beneficiário da Assistência Judiciária Gratuita – AJG -, cabendo à Fazenda Municipal a consulta dos respectivos valores junto à Assessoria Jurídica, cuja comprovação dos recolhimentos deverá ser imediatamente comunicada ao Setor Jurídico para as providências processuais cabíveis;

III - na hipótese do crédito estar sendo cobrado judicialmente, tendo sido expedido mandado de penhora de bens, comprovação da constrição do bem que permanecerá assegurando a execução até integral adimplemento dos créditos.

§ 1º Estando designadas datas de leilão nos autos de ação judicial, fica terminantemente vedado o deferimento de parcelamento administrativo de que trata o artigo 1º.

§ 2º Os créditos tributários e não tributários diversos serão objeto de Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento, para cada uma das espécies.

§ 3º Apurados os débitos (principal, multa, correção monetária e juros) este será o valor a ser confessado sobre o qual incidirá correção monetária (índice oficial do Município) e juros 1% a.m (um por cento ao mês) nas parcelas a contar da assinatura do Termo.



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

§ 4º Os valores pagos serão imputados segundo a ordem estabelecida no artigo 163 do Código Tributário Nacional.

§ 5º A opção do contribuinte pelo parcelamento implica na suspensão da exigibilidade do crédito tributário e importa sua confissão irrevogável e irretratável, assim como renúncia a toda matéria alegável em sede de defesa e desistência de eventuais recursos já interpostos.

Art. 4º O reparcelamento dos créditos fiscais cuja exigibilidade já havia sido suspensa em razão do parcelamento outrora deferido ao contribuinte, só será concedido novamente, desde que efetue o pagamento de no mínimo 20% da dívida a ser reparcelada.

Art. 5º O parcelamento será cancelado:

I - se o contribuinte atrasar o pagamento de mais de 3 (três) parcelas;

II - se deixar de recolher outros valores devidos, de sua responsabilidade, na data do vencimento.

Parágrafo único. Em ambos os casos, a Secretaria Municipal da Fazenda deverá proceder no imediato estorno do parcelamento, comunicando à Assessoria Jurídica para prosseguimento da Execução, no caso de demanda judicial, acompanhando o extrato atualizado dos valores ajuizados.

Art. 6º O contribuinte beneficiado com o parcelamento deferido, e que esteja em dia com o pagamento, terá direito a obter a Certidão com efeito de negativa de débito, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional, a qual conterà a declaração da existência do parcelamento.

Parágrafo único. A certidão expedida nos termos deste artigo terá validade pelo prazo de 30 (trinta) dias.

SEÇÃO II DA REVISÃO

Art. 7º A Secretaria Municipal da Fazenda promoverá a revisão de todos os créditos de natureza tributária e não tributária, lançados e inscritos ou não, em dívida ativa, de forma documentada em expediente administrativo, inclusive, quando for o caso, mediante termo de vistoria e verificação fiscal, podendo estabelecer procedimentos que julgar necessários para consecução do objeto, com vistas às seguintes medidas:

I - Expurgo dos alcançados pela prescrição da ação de cobrança, nos termos do art. 174 do Código Tributário Nacional, sem prejuízo da apuração da responsabilidade de quem deu causa à prescrição;

II - Cancelamento dos valores lançados, quando comprovada a não ocorrência do respectivo fato gerador.

Art. 8º Considerando a dispensa do Poder Executivo de promover a execução judicial dos créditos tributários e não-tributários, inscritos em dívida ativa, que, em relação a cada contribuinte e computados o principal, juros, multa e correção monetária, sejam de valor inferior a R\$ 900,00 (novecentos reais), constante do art. 9º da Lei Municipal nº 1.661, de 2021, fica, igualmente, a Fazenda Municipal dispensada de encaminhar à Assessoria Jurídica as respectivas Certidões de Dívida Ativa – CDAs, devendo, contudo, reclassificar tais créditos em categoria própria para fins de controle, e cobrá-los administrativamente, por meio de notificações anuais.

§ 1º O Órgão Jurídico do Município fica autorizado a requerer a desistência das ações de execução fiscal que tenham por objeto créditos de valor inferior de R\$ 900,00 (novecentos reais), já computados os honorários de sucumbência fixados, desde que a execução não tenha sido embargada e o contribuinte recolher em juízo o valor das custas e demais despesas do processo.



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

§ 2º Sempre que o valor total da dívida do contribuinte ultrapassar o valor de R\$ 900,00 (novecentos reais), a Secretaria Municipal da Fazenda deverá encaminhar as respectivas CDAs para à Assessoria Jurídica promover a cobrança judicial através de execução fiscal, ressalvada a hipótese de parcelamento em vigor.

SEÇÃO III DO CANCELAMENTO

Art. 9º O cancelamento dos débitos de qualquer natureza e origem, inscritos ou não em dívida ativa, vencidos há mais de 04 (quatro) anos, de que trata o art. 10 da Lei Municipal nº 1.661, de 2021 somente poderá ocorrer no curso do 5º (quinto) exercício posterior ao da constituição definitiva do crédito ou do vencimento da obrigação, e depois de tentativa, sem êxito, de cobrança administrativa pela Fazenda Municipal, comprovada através de notificações anuais contendo o ciente dos contribuintes devedores, que deverão integrar o expediente administrativo.

§ 1º Em nenhuma hipótese poderão ser excluídos ou desmembrados valores relativos a algum exercício, para usufruir das disposições da Lei Municipal nº 1.661, de 2021.

§ 2º Caberá à Secretaria Municipal da Fazenda adotar as medidas administrativas para excluir dos cadastros, arquivos ou registros, os créditos correspondentes aos débitos cancelados nos termos do art. 9º deste Decreto, efetuando os registros contábeis que se fizerem necessários.

SEÇÃO IV DO CADASTRO

Art. 10 A Secretaria Municipal da Fazenda, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Decreto, instituirá Cadastro dos Contribuintes Inadimplentes em relação a créditos municipais devidamente constituídos, pertinentes a impostos, taxas, contribuição de melhoria, contribuições sociais, tarifas, preços públicos, multas e valores de qualquer outra origem.

Art. 11 Todas as demais Secretarias e Gabinete do Prefeito deverão consultar, junto à Secretaria Municipal da Fazenda, obrigatoriamente, o Cadastro dos Contribuintes Inadimplentes de que trata o art. 10 deste Decreto, toda vez que for examinado pedido formulado por munícipe objetivando a concessão de auxílio, subvenção, incentivo, financiamento ou transferência de recursos a qualquer título, ficando vedado o deferimento de qualquer pedido ou solicitação para aquele contribuinte que estiver em débito com o Município, ressalvado o caso de parcelamento em vigor com situação de regular adimplência e nos casos de:

I - auxílio para atender situação decorrente de calamidade pública;

II - benefício previsto em lei para os comprovadamente necessitados.

Art. 12 Fica revogado o Decreto Executivo nº 467, de 11 de abril de 2002.

Art. 13 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Ramada/RS, 18 de fevereiro de 2021.

Marcus Jair Bandeira
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Adrieli Raquel da Silva Räder
Secretária Municipal de Administração

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 3338-1018 Secretaria de Administração (55) 3338-1022 Gabinete do Prefeito
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: administra@novaramada.rs.gov.br